Sérgio Cruz **Arenhart**Gustavo **Osna**Marco Félix **Jobim**

Curso de Processo Estrutural

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS"

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Proietos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi, Bruna Mestriner e Mirna Ade: Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Morais,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistos de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfouri

Estagiórios: Biança Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfico: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arenhart, Sérgio Cruz

Curso de processo estrutural / Sérgio Cruz Arenhart, Gustavo Osna e Marco Félix Jobim. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-841-0

1. Processo civil 2. Processo civil . Brasil I. Arenhart, Sérgio Cruz. II. Osna, Gustavo. III. Título.

21-62189

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo civil : Direito civil 347.9 Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AP	RESENTAÇÃO
I.	PREMISSAS GERAIS
	1.1. Técnica processual e tutela dos direitos
	1.2. Evolução histórica do processo estrutural
	1.3. Os processos estruturais e a realidade brasileira
	1.3.1. A necessidade material de reconstrução do processo
	1.3.2. A experiência dos juízos recuperacional e falimentar
	1.3.3. A flexibilidade procedimental e a atipicidade executiva
	1.3.4. O avanço dos processos estruturais na jurisprudência
	1.4. Processos estruturais e orientações estrangeiras
2.	O PROBLEMA ESTRUTURAL E SUAS CARACTERÍSTICAS
	2.1. Complexidade
	2.1.1. "Complexo" e "difícil". Os "problemas complexos"
	2.1.2. Os "problemas complexos" e o processo estrutural
	2.1.3. "Complexidade", regulação comportamental e regulação estrutural
	2.2. Multipolaridade
	2.2.1. A noção de "multipolaridade" e o processo civil
	2.2.2. Os litígios "multipolares" e o contraditório: respostas tradicionais
	2.2.3. Os problemas "multipolares" e o processo estrutural
	2.3. Recomposição institucional
	2.3.1. A "reforma estrutural" e as instituições
	2.3.2. As "instituições" e sua função social
	2.3.2. As "instituições" e o processo estrutural
	2.4. Prospectividade
	2.4.1. A atuação estrutural e o olhar prospectivo
	2.4.2. A atividade pública e a prospectividade
	2.4.3. O processo estrutural e a prospectividade 9.
3.	PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO ESTRUTURAL 9
	3.1. O processo estrutural e a dimensão subjetiva
	3.2. O processo estrutural e a participação individual

	3.3. Entre a participação e a representação	101
	3.4. O enfrentamento do problema pelo processo coletivo brasileiro	104
	3.5. Representação, participação e legitimidade	106
	3.6. Representação e legitimação: o controle de representatividade	109
	3.7. A abertura dialógica: ampliando a dinâmica processual	116
	3.8. O momento de diálogo e a flexibilidade procedimental	121
	3.9. O diálogo nos processos estruturais e o tecnicismo jurídico	124
4.	O OBJETO DO PROCESSO ESTRUTURAL	129
	4.1. O Processo Civil e a ideia de demanda	129
	4.2. O princípio da demanda e sua flexibilização	133
	4.3. Demanda e objeto nos processos estruturais	137
	4.4. Petição inicial, contraditório e objeto nos problemas estruturais	142
5.	A INSTRUÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL	151
	5.1. Algumas premissas indispensáveis para a compreensão da prova no	
	processo estrutural	151
	5.2. O valor da prova indiciária	154
	5.2.1. O emprego da prova indiciária no direito nacional	156
	5.2.2. A prova indiciária nos problemas estruturais	163
	5.3. A prova estatística	165
	5.3.1. As estatísticas podem servir de provas?	166
	5.3.2. As modalidades de prova estatística	172
	5.3.3. Condições para a admissão da prova estatística e sua valoração	174
	5.3.4. Em busca da probabilidade razoável	176
	5.4. A imputação de deveres probatórios e a questão do ônus da prova	177
	5.4.1. Entre ônus e deveres probatórios	178
	5.4.2. Ônus probatórios, deveres probatórios e processo estrutural	184
6.	AS FORMAS DE SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA ESTRUTURAL	187
	6.1. As soluções consensuais	189
	6.1.1. O desenho das soluções negociadas estruturais	193
	6.1.2. Mais vale um acordo ruim do que uma boa demanda. Será?	196
	6.2. Soluções "adjudicadas"	201
	6.2.1. O papel do Judiciário e a divisão de funções estatais	203
	6.2.2. A legitimidade do Judiciário	208
	6.2.3. Decisões em cascata e a cisão no enfrentamento do problema estrutural	213
	6.3. Soluções compartilhadas	217
	6.3.1. A efetivação compartilhada e as capacidades institucionais	217
	6.3.2. A delegação da formatação do desenho estrutural e os gestores de	210
	conflitos	223

_	
	-1

7.	ESTABILIDADES E INSTABILIDADES NOS PROVIMENTOS ESTRU- TURAIS	229
	7.1. O processo civil e sua tendência à estabilização das decisões	229
	7.2. Complexidade e experimentalismo	231
	7.3. Novos ares sobre o tema da coisa julgada	233
	7.4. "Definitividade" e decisões estruturais. Entre estabilidade e instabilidade	241
	7.5. Há um fim para o processo estrutural?	247
8.	A IMPLEMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS	253
	8.1. A efetivação da tutela estrutural: indução, sub-rogação e implementação	
	negociada	256
	8.2. As aberturas específicas na lei para a efetivação do direito nos processos estruturais	259
	8.3. A colaboração das partes e de terceiros no processo civil	260
	8.3.1. Os efeitos das decisões judiciais em face de terceiros	261
	8.3.2. Os deveres dos terceiros no processo	266
	8.3.3. A imposição a terceiros das decisões judiciais	267
	8.3.4. A colaboração de terceiros no cumprimento de decisões judiciais	268
	8.3.5. As ordens dirigidas ao Estado	268
	8.3.6. As ordens dirigidas a terceiros particulares	273
	8.3.7. A garantia do contraditório e as ordens dirigidas a terceiros	277
	8.4. A intervenção judicial	283
	8.5. As técnicas de indução disponíveis para implementação do modelo de processo estrutural brasileiro	287
	8.6. Outras medidas de apoio para a implementação de decisões estruturais	290
	8.6.1. Atos concertados entre juízos para efetivação dos provimentos judiciais executivos em processos estruturais	290
	8.6.2. As estruturas de apoio	293
	8.6.2.1. As estruturas de apoio e o Judiciário: Métodos de Diálogo e de Interação	296
	8.6.2.2. Legitimidade formal e material das estruturas de apoio	299
	8.6.2.3. A desjudicialização da efetivação das mudanças estruturais	301
DF	TEFDÊNCIAS TEÁDICAS	305